

Entrevista com Paulo Affonso Martins de Oliveira

Paulo Affonso Martins de Oliveira era secretário-geral da Câmara dos Deputados em 1968. Nesta entrevista, analisa a conjuntura polí-



tica que levou à promulgação do Ato Institucional nº 5. Aborda também a reação dos deputados ante o fechamento do Congresso Nacional.

Arquivo Nacional. *O ex-ministro Jarbas Passarinho afirma, no artigo “As conquistas de 64”, publicado no Jornal do Brasil em 1994, que o golpe militar de 31 de março de 1964 pode ser caracterizado como um ‘contragolpe’. Segundo ele, “se revolução não foi, certo é que se constituiu em contra-revolução, pois o que estava nas ruas era a desordem social, patrocinada pelo governo; eram as greves de solidariedade, paralisando o país, a ação ilegal da Confederação Geral dos Trabalhadores - CGT de então; os arruamentos oratórios de líderes pregando o fechamento do Congresso, a reforma agrária ‘na lei e na marra’; os incêndios dos canaviais; e a ameaça de convocação de uma constituinte, porque o Congresso era tido como reacionário e antipovo, para a realização das reformas de base proclamadas.” O que o ex-ministro não explica neste texto são os motivos que levaram o governo Costa e Silva — do qual ele fazia parte como ministro do Trabalho e da Previdência Social — a decidir pelo fechamento do Congresso, com a promulgação do A-I 5 em 13 de dezembro de 1968. Como o senhor explicaria a conjuntura política que antecedeu esse fato?*

Paulo Affonso Martins de Oliveira. O movimento militar de 31 de março de 1964 deve ser analisado sob dois aspectos: militar e político, os quais, por vezes, se confundem com manifestações populares. No primeiro caso, as forças armadas, que têm como tutela central o princípio da hierarquia e da disciplina, so-

freram profundo abalo em suas estruturas, em razão de tais movimentos, onde havia a participação de militares, fato que foi agravado com o apoio do presidente João Goulart e de seu governo, em especial, no encontro do Automóvel Clube do Brasil na cidade do Rio de Janeiro.

No segundo aspecto, as bancadas dos partidos políticos com assento no Congresso Nacional não representavam maioria bastante para aprovar ou rejeitar quaisquer medidas propostas pelo Executivo. Contudo, a chamada corrente conservadora era suficiente para impedir qualquer aprovação que contrariasse os seus princípios doutrinários e econômicos, ponto relevante quando se tratava da reforma constitucional. Criou-se um confronto — de um lado, o governo desejando adotar propostas visando a reforma agrária e outras medidas altamente polêmicas, tais como a nacionalização de empresas privadas (refinaria de Mangueiras), recebendo o apoio de militares, particularmente sargentos e suboficiais e de representações classistas que pressionavam o Congresso com objetivo da obtenção de tais decisões. Consultando-se os anais das casas legislativas ter-se-á a realidade do momento. Observar-se-á, aliás, que esses anais são pouco consultados e referidos e, em verdade, refletem com precisão o comportamento dos políticos e seus partidos nesse momento histórico.

De outro lado, particularmente a Igreja e os militares de alta patente se opunham

a tais propostas sob o fundamento de que objetivavam implantar no país um estado sindicalista, de cunho marxista. Assim, o Congresso Nacional não podia ficar indiferente a essa realidade e, com a ausência do presidente João Goulart da capital do país, o presidente do Congresso Nacional, Moura Andrade, em sessão conjunta das duas casas, declarou vaga a presidência da República e convidou o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, a assumir a presidência da República. Assim o fez porque não havia quorum para qualquer deliberação. Foi um ato pessoal com todas as suas consequências presentes e futuras. De 1964 até o início de 1967, o presidente Castelo Branco atravessou momentos difíceis, inclusive com a prorrogação de seu mandato por mais um ano, cuja aprovação foi por pequena margem de voto. Contudo, tinha ele a preocupação da normalidade constitucional e democrática do país. Em razão desse comportamento, encaminhou ao Congresso Nacional projeto de uma nova constituição, a qual foi promulgada no início de 1967.

Assim, o presidente Costa e Silva ao tomar posse encontrou o país com aparente normalidade constitucional. Entretanto, havia reação popular, em especial de sindicalistas e estudantes contra o controle do governo por militares. Em 1968, com a recusa da Câmara dos Deputados em autorizar licença para processar um dos seus integrantes houve reação do governo, considerando que o discurso

proferido da tribuna da Câmara dos Deputados teria ofendido as forças armadas. Tal decisão, levou à promulgação do chamado Ato Institucional nº 5 e à decretação do recesso do Congresso Nacional por prazo indeterminado, além da cassação de inúmeros parlamentares e integrantes de outras classes.

Arquivo Nacional. *Até que ponto e em que medida eventos como as greves, manifestações estudantis e passeatas, que marcaram o ano de 1968, podem ser vistos como um dos motivos que levaram o governo a promulgar o AI-5?*

Paulo Affonso Martins de Oliveira. Inevavelmente, as greves, passeatas e manifestações estudantis aliadas à ação de congressistas e de partidos políticos em confronto com o desejo do grupo dominante de permanecer no comando do país foram fatores determinantes para a implantação do AI-5.

Arquivo Nacional. *Em função da pressão exercida pelas camadas mais radicais das forças armadas, o senhor pensa que haveria outra opção para o governo Costa e Silva, no lugar da promulgação do AI-5?*

Paulo Affonso Martins de Oliveira. A chamada ala radical das forças armadas impediu que fosse adotado outro instrumento constitucional para contornar a crise que se instalara com o discurso do deputado Márcio Moreira Alves, tal como a decretação do estado de sítio e outros instrumentos constitucionais em defesa

do Estado. Em verdade, foi um ato de força e de exceção apoiado pelos comandos militares porque entendiam que, naquele momento, eram os intérpretes maiores do sentimento popular. Quando o preâmbulo do Ato Institucional nº 5 diz que a “revolução” é e não era, esqueceu de lembrar que estava em vigor uma constituição originária do próprio poder revolucionário e aprovada pelo Congresso Nacional.

Arquivo Nacional. *Como secretário-geral da Câmara dos Deputados à época, o senhor acredita que os parlamentares tinham consciência de que ocorreria um endurecimento do regime, o que levaria inclusive, à prisão de alguns deles?*

Paulo Affonso Martins de Oliveira. Naquele momento houve informações contraditórias de expressivas lideranças políticas do governo, afirmando que a recusa em autorizar a licença para processar o deputado Márcio Moreira Alves não traria qualquer conseqüência política, pois a Câmara dos Deputados estaria praticando ato de sua competência privativa. Contudo, correntes mais radicais do governo, em especial o ministro da Justiça, afirmavam com veemência que a recusa traria resultado previsível. Muitos parlamentares acreditaram na primeira informação a ponto de declararem publicamente seus votos contra a licença quando, era sabido, a votação era secreta. Esses deputados tiveram os seus mandatos cassados.

Arquivo Nacional. *De que maneira o senhor descreveria a reação dos deputados*

quando da divulgação do A-I 5?

Paulo Affonso Martins de Oliveira. De total perplexidade em razão do seu conteúdo, da violência da sua linguagem e da grandeza de seu malefício. Esse sentimento refletia-se nos próprios integrantes da bancada governista.

Arquivo Nacional. *O senhor concorda com aqueles que afirmam que o A-I 5 legitimou, mais que a violência, o terrorismo de Estado?*

Paulo Affonso Martins de Oliveira. Não penso assim. Não podemos dizer que seria um terrorismo do Estado mas, sim, de grupos integrantes de órgãos do Estado. É sabido que muitos militares não pactuavam com a ação de grupos civis e militares que se confrontavam com os grupos que lutavam contra a situação existente. Em verdade, assistiu-se, infelizmente, ao choque de correntes que nada trouxeram de positivo para o país e seu povo. O Brasil não se engrandeceu, a política não melhorou os seus métodos, particularmente, eleitorais, de custo alto e de fraude eleitoral. Assim, ambos os lados foram atingidos, sem trazer modificações aos costumes políticos e éticos do país.

Arquivo Nacional. *Como a Câmara dos Deputados se reestruturou após a abertura do Congresso?*

Paulo Affonso Martins de Oliveira. A Câmara dos Deputados voltou a funcionar sob a tutela do AI-5, do decreto-lei, das cassações. Funcionava condicionada, enquanto respeitasse o poder dominante.